



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**  
**Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos**

PAD nº 15882/2019

Pregão Eletrônico nº 51/2019 - Recurso

Parecer nº. 29/2020

1. Chegam os autos a esta Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos para análise do recurso interposto pela empresa OSMOSE CURSOS TÉCNICOS LTDA., no qual contesta a decisão do pregoeiro que classificou e declarou vencedora do Pregão nº 51/2019 a licitante MB SALE & TECH DESENVOLVIMENTO DE SOTWARES LTDA.

2. Aduz a Recorrente (doc. nº 3963/2020), em síntese, que a empresa praticou jogo de planilha, resultando na oferta de valores irrisórios para os itens 1, 2 e 3. Entende, assim, que os preços apresentados para esses itens não são suficientes para a execução do serviço e, ainda, que a manutenção de um valor com maior margem para o item 4 pressupõe que a efetivação do serviço está atrelada à sua execução.

2.1. Destaca ainda que a avaliação da planilha de formação de preços é a única forma de averiguar a exequibilidade dos preços apresentados, sendo dever da Administração a realização de diligências quando presentes evidências robustas da inexecuibilidade da proposta.

2.2. Além disso, argumenta que, nas licitações por lote para registro de preços, mediante adjudicação por menor preço global do lote, deve ser vedada a possibilidade de aquisição individual de itens registrados para os quais a licitante vencedora não apresentou o menor preço.

2.3. Ao final, requer que seja requerida à licitante a apresentação de exequibilidade de sua proposta, por meio da apresentação de planilha de composição de custos, bem como declarada a desclassificação da proposta da licitante quando restar demonstrada a impossibilidade de o valor ofertado arcar com os custos da contratação, nos termos do art. 48, II, da Lei nº 8.666/93<sup>1</sup>, e a consequente volta de fase e convocação da próxima empresa, nos moldes previstos no Decreto nº 10.024/2019.

3. Em face das razões de recurso apresentadas, a empresa foi instada a apresentar, com fundamento no art. 43, §3º, da Lei nº 8.666/93 e na condição 10.6 do edital, esclarecimentos necessários, tais como planilha de custos, capazes de demonstrar a exequibilidade de sua proposta (doc. nº 5977/2020).

---

<sup>1</sup> Art. 48. Serão desclassificadas:

II – propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação.

4. Em sede de contrarrazões, a MB SALE & TECH DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES LTDA argumentou que é atuante no mercado há anos e que possui pronto o conteúdo interativo para 4 (quatro) cursos a distância que irão compor a trilha do curso de Direito Eleitoral na modalidade EAD, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I do edital - Termo de Referência.

4.1. Aduziu, ainda, que *“não se faz necessário a empresa MB SALE & TECH DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES LTDA cobrar integralmente para os quatro cursos, sendo que os mesmos fazem parte de um único lote, o trabalho não precisa ser cobrado para todos os lotes, e sim somente para um único que será a base para os outros, o trabalho está sendo cobrado no item 4 – Processo Eleitoral e Crimes Eleitorais e os outros itens está apenas com um valor mínimo, pois não possuirá despesas consideráveis, pois não haverá praticamente custo”*.

4.2. Na oportunidade, apresentou planilha de custos, comprovando, inclusive, que auferirá lucro, no montante de R\$ 1.543,64.

4.3. Conclui afirmando que possui condições de prestar o serviço com qualidade e excelência, conforme demonstrado por meio da apresentação de atestado de capacidade técnica.

5. O Pregoeiro, a seu turno, manifestou-se pelo não provimento do recurso interposto pela licitante, argumentando que a situação não guarda qualquer relação com a definição clássica do que seria jogo de planilha<sup>2</sup>.

5.1. Com efeito, entende que não restou caracterizada qualquer possibilidade de configuração de formação de Jogo de Planilha por parte da empresa vencedora, visto que os três primeiros itens a serem fornecidos ao TRE-BA foram ofertados por R\$7,00 cada um, enquanto que o item mais caro (item 4) fora ofertado por R\$7.000,00 e será o último a ser adquirido.

5.2. Além disso, em consulta informal à unidade demandante, foi informado que este Tribunal planeja efetivar a contratação dos quatro módulos, os quais passam a ser um todo e único, que irão compor a trilha do curso de Direito Eleitoral na modalidade EAD (doc. nº 7045/2020).

É o breve Relatório.

6. Nos termos delineados pelo Pregoeiro, entendemos que a aplicação do jogo de planilha não se aplica ao presente caso, mormente pelo fato de que o objeto é considerado com um todo e os itens que o compõem (cursos 1, 2, 3 e 4) serão integralmente executados, conforme informado nos autos.

7. Ademais disso, restando comprovada a exequibilidade da proposta apresentada pela empresa Recorrida, não vemos razão para que a mesma seja recusada.

8. A respeito do tema, trazemos à baila entendimento do doutrinador Marçal Justen Filho, *in verbis*:

<sup>2</sup> Jogo de planilha é um mecanismo verificado na contratação de algumas obras públicas, onde normalmente funciona assim: na licitação, a empresa informa determinados itens de serviço da obra muito acima do mercado, enquanto outros são oferecidos a preços bastante abaixo; como os preços unitários altos e baixos se compensam, o valor global da obra fica dentro da expectativa do contratante; depois de contratada, a empreiteira se aproveita de modificações nos serviços, forçadas ou por deficiência do projeto, as quais irão reduzir os itens mais em conta ou aumentar os mais caros, ou mesmo fazer as duas coisas; o resultado é que os itens mais caros prevalecem no contrato, distorcendo a proposta original, com elevação do preço da obra, o que não é o caso apresentado (grifo nosso).

*“Não se afigura defensável, porém, transformar em absoluta a presunção do §1º. Se o particular puder comprovar que sua proposta é exequível, não se lhe poderá interditar o exercício do direito de apresentá-la. É inviável proibir o Estado de realizar contratação vantajosa. A questão é de fato, não de direito. Incumbe o ônus da prova da exequibilidade ao particular. Essa comprovação poderá fazer-se em face da própria Administração, pleiteando-se a realização de diligência para tanto.”<sup>3</sup>*

9. À vista do exposto e considerando que foram realizadas as diligências com vistas a demonstrar a capacidade da empresa no que tange à execução do futuro ajuste, julgamos que foram observadas as regras insertas no instrumento convocatório, razão pela qual não merecem ser acolhidas as razões da empresa irresignada, devendo o Recurso ser julgado improcedente.

É o Parecer.

Salvador, 23 de janeiro de 2020.

**Tereza Raquel Alves**  
Técnico Judiciário

<sup>3</sup> Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 15ª Ed, São Paulo: Dialética, 2012, p. 762.